



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 28 de maio de 2025

04 Páginas / Ano 9 / Edição nº 923



DECRETOS

DECRETO nº. 812/2025

Súmula: Dispõe sobre a Regulamentação da cobrança da Taxa de Vistoria para fins de Anuência de Uso e Ocupação do Solo no Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº. 2.759/2018 e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 07444/2025,

DECRETA

Art. 1º. Fica regulamentada, por este Decreto, a cobrança da Taxa de Vistoria Técnica relativa aos pedidos de Anuência de Uso e Ocupação do Solo, exigida no âmbito da análise urbanística e ambiental conforme previsto na Lei Municipal nº. 2.759/2018.

Art. 2º. A Taxa será devida exclusivamente para fins de custeio da análise técnica e vistoria do local, não implicando em garantia de deferimento da anuência solicitada.

Art. 3º. O valor da Taxa será estabelecido com base na Unidade Fiscal Municipal UFM vigente à data do pagamento e corresponderá ao seguinte escalonamento, conforme o tipo de empreendimento:

- I. Indústrias classificadas como **INDÚSTRIA TIPO 1 - II** (pequeno porte, baixo impacto): **01 (uma) UFM**;
- II. Indústrias classificadas como **INDÚSTRIA TIPO 2 - I2** (médio porte, impacto moderado): **02 (duas) UFM**;
- III. Indústrias classificadas como **INDÚSTRIA TIPO 3 - I3** (grande porte, alto impacto): **03 (três) UFM**.

Parágrafo Único. O enquadramento das atividades industriais nos grupos II, I2 ou I3 seguirá as listadas no art. 3º. da Lei Municipal nº. 2.759/2018.

Art. 4º. O pagamento da Taxa deverá ser efetuado via depósito bancário identificado ou Pix, exclusivamente na conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA.

§1º. O comprovante de pagamento deverá ser anexado ao Processo Administrativo, como condição para o início da contagem do prazo de análise.

§2º. O requerimento poderá ser protocolado antes do pagamento, entretanto a análise somente será iniciada após a juntada do comprovante de pagamento ao processo.

Art. 5º. Após a juntada do comprovante de pagamento, o Município terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para analisar e deliberar sobre o pedido de anuência, podendo ser prorrogado motivadamente.

Art. 6º. Os prazos de análise serão automaticamente suspensos sempre que o processo estiver:

- I. Documentação incompleta ou incorreta;
- II. Informações contraditórias ou inconsistentes;
- III. Ausência de assinatura do responsável técnico, quando exigida;
- IV. Outras pendências que inviabilizem a continuidade da análise.

§1º O requerente será formalmente notificado a corrigir ou complementar a documentação.

§2º Caso não haja regularização em até 30 (trinta) dias corridos da notificação, o processo será arquivado de ofício.

Art. 7º. Os processos protocolados que não apresentarem o comprovante de pagamento da Taxa em até 30 (trinta) dias corridos da data do protocolo serão arquivados automaticamente, sem necessidade de nova notificação.

Art. 8º. Em caso de indeferimento do pedido, o requerente poderá interpor recurso administrativo no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da ciência da decisão.

Parágrafo Único. A Administração Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para manifestar-se definitivamente sobre o recurso, podendo este ser prorrogado.

Art. 9º. O requerente poderá solicitar uma única vez o desarquivamento do processo, desde que:

- I. O pedido seja feito no prazo de até 90 (noventa) dias após o arquivamento;
- II. Se comprometa a corrigir ou complementar todas as pendências no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o desarquivamento.

Parágrafo Único. O não atendimento integral das exigências no prazo referido implicará em arquivamento definitivo do processo, sem possibilidade de nova reativação.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO nº. 813/2025

Súmula: Institui e compõe a equipe de Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família - SEDESMF.

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso IX, X e XI da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 29 de novembro de 2002, e tendo em vista o que consta no Protocolo Geral sob nº. 07457/2025,

DECRETA

Artigo 1º. Fica instituída a equipe dos responsáveis pela Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família - SEDESMF, responsável pela gestão de informações, e que realiza as atividades de planejamento, de supervisão e de execução dos serviços socioassistenciais por meio do provimento de dados, indicadores e análises técnicas, a qual será integrada pelos seguintes membros:

o **CAMILA ROLIM DE MOURA**, brasileira, divorciada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.317-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.229-60.

o **ADRIANE DE MIRANDA SANTOS**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Diretor do Departamento de Gestão Técnica, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.864-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.659-50.

o **JAQUELINE MARTINS PROENÇA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Diretora de Proteção Social Básica, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.667-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.209-41.

Artigo 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº. 442/2023.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

CLÉIA APARECIDA VALENGA SLOBODA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família

DECRETO nº. 814/2025

Súmula: Define requisitos e condições para o recebimento de "Jeton de Presença" instituído pela Lei Municipal nº. 3033/2025.

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições legais e a vista do disposto no art. 67, X e XI, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 3.033/2025 que institui o pagamento de Jeton de Presença aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Municipais - IPASPMJ e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 07461/2025,

DECRETA

Art. 1º. O Jeton de Presença instituído pela Lei Municipal nº. 3.033/2025 será devido aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como aos membros do Comitê de Investimentos do IPASPMJ pela participação em reuniões ordinárias e extraordinárias, devidamente convocadas.

Art. 2º. O Jeton de Presença tem como finalidade estimular a dedicação, capacitação e o comprometimento dos membros dos referidos colegiados.

Art. 3º. Terão direito ao recebimento do Jeton de Presença, desde que possuam Certificação Profissional válida, nos termos da Portaria MTP nº. 1.467/2022:

- I. os membros titulares dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- II. os suplentes formalmente convocados em decorrência da ausência do respectivo titular;
- III. os membros do Comitê de Investimentos.

§1º. O valor do Jeton de Presença não se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito, estando excluído da base de cálculo de vantagens como adicional por tempo de serviço, não estando sujeito a contribuição previdenciária e não servindo de base para cálculo de proventos de aposentadoria ou pensões.

§2º. O pagamento do Jeton de Presença está condicionado à comprovação da efetiva participação nas reuniões, conforme previsto nos respectivos Regimentos Internos.

§3º. O Jeton de Presença será pago no prazo de 30 (trinta) dias após a realização da reunião, sendo as despesas custeadas com recursos da Taxa de Administração do IPASPMJ.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias do IPASPMJ.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

VALDEMIR FERREIRA
Presidente do IPASPMJ

DECRETO nº. 815/2025

Súmula: Dispõe sobre a Regulamentação do Programa de Pesca Esportiva Infantil no Lago do Parque Linear Leonardo Von Linsingen, neste município, e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 06817/2025,

DECRETA

Art. 1º. O objetivo da presente normativa é estabelecer normas para a prática de pesca esportiva infantil no Lago do Parque Linear Leonardo Von Linsingen, neste município, promovendo lazer seguro, ordenado e ambientalmente responsável.

Art. 2º. A pesca esportiva será permitida exclusivamente aos domingos, das 8h às 17h.

Art. 3º. A presente prática é destinada a crianças de 02 (dois) a 14 (quatorze) anos, obrigatoriamente acompanhadas por um adulto responsável durante toda a permanência no local.

Art. 4º. Para fins de cadastro e emissão da licença de pesca (carteirinha) será exigido:

- I. Cadastro prévio obrigatório na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hrs às 11:30hrs e das 13:30hrs às 17:00hrs, mediante apresentação de:
 - a) RG e CPF dos responsáveis;
 - b) Comprovante de residência atualizado;
 - c) RG, CPF, Certidão de Nascimento da criança, sendo preferível documento oficial com foto.
- II. Será fornecida a licença de Pesca Infantil (Carteirinha) com cordão de identificação, de uso obrigatório e visível durante toda a atividade de pesca;
- III. A ausência da carteirinha nos dias de atividade desportiva, ainda que haja cadastro regular, impede a permanência e participação na atividade.

Art. 5º. Somente serão autorizados os seguintes equipamentos e materiais:

- I. Vara de pesca preferencialmente de bambu, com comprimento máximo de 2,5 metros;
- II. Proibido uso de molinetes, carretilhas ou quaisquer mecanismos de arremesso;
- III. Anzol pequeno, obrigatoriamente sem farpas ou com farpas amassadas;
- IV. Isca preferencial: massa própria para pesca (vedado uso de iscas vivas ou artificiais odoríferas);
- V. Pesque-e-solte obrigatório, cujos peixes devem ser devolvidos imediatamente ao lago após captura.

Art. 6º. É estritamente proibido:

- I. Uso de cevas ou qualquer método artificial de atração;
- II. Uso de redes, tarrafas, fisgadores ou qualquer dispositivo não autorizado;
- III. Alimentação dos peixes e descarte de restos de iscas na água ou margens;
- IV. Consumo de bebidas alcoólicas;
- V. Equipamentos sonoros (caixas de som, rádios, etc.);
- VI. Proibido levar bancos de madeira ou assentos próprios além dos já disponibilizados no local;
- VII. É terminantemente proibido pescar a partir da passarela de madeira e da pista de caminhada.

Art. 7º. Como regras de conduta, harmonia na prática desportiva e segurança de todos, é necessário:

- I. Crianças e responsáveis devem seguir todas as orientações de fiscais e servidores municipais;
- II. Pesca restrita às áreas demarcadas e sinalizadas, excluindo expressamente a passarela de madeira e a pista de caminhada;
- III. Supervisão contínua da criança pelo responsável;
- IV. Recomenda-se uso de proteção solar e vestimentas adequadas;
- V. É obrigatória a prática de harmonia, respeito e boa vizinhança com os demais usuários, mantendo um ambiente seguro, respeitoso e livre de conflitos;
- VI. Condutas inadequadas ou desrespeitosas podem resultar em imediato bloqueio do cadastro.

Art. 8º. Como medidas de fiscalização e penalidades adotará o Município:

I. O descumprimento das normas implicará na suspensão imediata da atividade e possível exclusão definitiva do programa;

II. Fiscalização realizada por agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e/ou Guarda Municipal.

Art. 9º. O Município não se responsabiliza por acidentes pessoais, danos materiais, furtos ou perdas de quaisquer bens durante a permanência no local pelos praticantes e seus acompanhantes.

- I. O responsável legal assinará termo de compromisso ciente de que:
 - a) Assumirá integralmente a responsabilidade por quaisquer atos ou danos causados pela criança sob sua supervisão;
 - b) Concorde em indenizar terceiros ou o poder público em caso de prejuízos decorrentes de comportamento inadequado ou negligente;
 - c) Reconhece que a atividade envolve riscos naturais e compromete-se a seguir rigorosamente as orientações e normas vigentes;
 - d) Está ciente da obrigatoriedade do uso contínuo da carteirinha de pesca durante toda a atividade, bem como, em supervisão as ações da criança a quem estiver responsável, inclusive quanto a sua proteção e segurança.
- II. O não cumprimento das condições acima ensejará medidas administrativas e legais cabíveis.

Art. 10. O presente Decreto poderá ser revisado a qualquer tempo para ajustes técnicos, ambientais ou de segurança, cujas atividades poderão ser suspensas por questões climáticas, sanitárias ou questões outras, a critério da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 11. A inscrição no programa implica aceitação total e irrestrita deste regulamento.

Art. 12. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º. 816/2025

Súmula: Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM para o período de 2025/2027.

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos IX, X e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2.540/2015 e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 07639/2025,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA para o período de 2025/2027, o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM** o qual será composto pelos seguintes membros:

- Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família – SEDESMF:**
 - Titular: **ADRIANE DE MIRANDA SANTOS**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Diretor do Departamento de Gestão Técnica, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.864-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.659-50;
 - Titular: **CAMILA ROLIM DE MOURA**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.317-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.229-60;
 - Suplente: **JAQUELINE MARTINS PROENÇA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Diretora do Departamento Básico e Serviço Social, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.667-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.209-41;
 - Suplente: **RAIANE SILVA DOS SANTOS MIRANDA**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Finanças, Planejamento e Vigilância Socioassistencial, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.519-8 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.129-59.
- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS:**
 - Titular: **ELENICE SALTET FARSEN**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.236-81 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.470-49;
 - Suplente: **CAMILA ALEXANDRA DE OLIVEIRA MENDES SIMÕES**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.980-2 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.589-14.
- Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC:**
 - Titular: **CARLA TAYNARA FERREIRA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Documentador Escolar, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.334-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.039-71;
 - Suplente: **SANDRA CRISTINA DE SOUZA BARREIRO**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.256-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.179-96.
- Representante da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos – SENJUR:**
 - Titular: **MARIANA BRISOLA**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Advogada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.106-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.709-27;
 - Suplente: **SILVANA APARECIDA LOPES VALENÇO KOJO**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Escriturário II, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.664-0 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.929-04.

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- Representantes das Associações Profissionais:**
 - Titular: **VALDIRENE KOXNE**, brasileira, viúva, Coordenadora Pedagógica, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.701-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.439-90;
 - Suplente: **CLAUDIMARA DOMINGUES**, brasileira, casada, Coordenadora Pedagógica, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.838-4 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.979-45.
- Representantes das Mulheres trabalhadoras:**
 - Titular: **ROSANE RESENDE DE OLIVEIRA PINTO**, brasileira, viúva, Coordenadora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.856-2 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.089-20;
 - Suplente: **EVILLYN DOMINGUES VAZ**, brasileira, solteira, Psicóloga, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.078-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.959-30.

Representantes das Mulheres dos Movimentos Sociais:

- Titular: **ANDRESSA WOLTERS**, brasileira, Professora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.930-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.569-90;
- Suplente: **GISELLE INAIARA SYRING**, brasileira, divorciada, Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.207-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.739-91.

Representantes das Mulheres Aposentadas:

- Titular: **SIMONE LEITE CUNHA**, brasileira, casada, Aposentada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.269-9 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.399-00;
- Suplente: **LUDEMILA KOJO TUREK**, brasileira, divorciada, Aposentada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.704-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.999-34.

Representantes das Entidades Religiosas:

- Titular: **ANGÉLICA GUEDES FERREIRA LEMES**, brasileira, casada, membro da Pastoral Familiar da Paróquia Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.532-1 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.929-13;
- Suplente: **VALERIA ALVES DE SOUZA MICHALSKI**, brasileira, casada, Bacharel em Administração e membro da Igreja o Brasil para Cristo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.265-4 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.299-32.

Artigo 2º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público, nos termos do artigo 4º, da Lei Municipal nº. 2155/2010.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº. 543/2025.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

CLÉIA APARECIDA VALENGA SLOBODA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família

DECRETO n.º. 817 /2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 145.267,25 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal nº. 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 145.267,25 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinco centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF		
2.088 Subvenções Socioassistenciais		
390	33.50.43.00.00.00.00 0880 Subvenções Sociais	24.150,00
2.090 Subvenção Para Entidades de Apoio à Pessoa Idosa		
392	33.50.43.00.00.00.00 0935 Subvenções Sociais	51.800,00
392	33.50.43.00.00.00.00 2900 Subvenções Sociais	8.885,07
392	33.50.43.00.00.00.00 0900 Subvenções Sociais	383,81
392	33.50.43.00.00.00.00 0000 Subvenções Sociais	3.104,12
13 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
4.122 Pagamento de Indenizações e Restituições		
401	33.90.93.00.00.00.00 2935 Indenizações e Restituições	31.720,24
401	33.90.93.00.00.00.00 2934 Indenizações e Restituições	1.052,09
401	33.90.93.00.00.00.00 2837 Indenizações e Restituições	24.171,92

Artigo 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º., incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º., Parágrafo 1º. e 2º., inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º., inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundos do superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2024:

Fonte	Descrição	Valor
0900	Fundo do Idoso	8.885,07
0935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	31.720,24
0934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	1.052,09
0837	Investimento Conselho Tutelar	24.171,92

II. Oriundos de excesso de arrecadação das seguintes fontes:

Fonte	Descrição	Valor
0000	Recursos Ordinários (Livres)	3.104,12
0880	Contribuições e Legados de Entidades não Gov. ECA/FMDCA	24.150,00
0935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	51.800,00
0900	Fundo do Idoso	383,81

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n.º. 818/2025

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº. 3019/2025,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**, o Senhor **DIVAEI DA SILVA MELO**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.808-3 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.459-81, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo em conformidade com a Lei Municipal nº. 3017/2024.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n.º. 819/2025

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora Luciana Colodel de Miranda.

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no art. 67, X e XI, da Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta no Processo Judicial nº. 0000350-55.2023.8.16.0100, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaguaraiá-PR e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 06877/2025.

DECRETA

Artigo 1º. Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fundamento no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal, a servidora **LUCIANA COLODEL DE MIRANDA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.350-2-II/PR e inscrita no CPF/MF nº. XXX.XXX.909-04, no cargo de Professor Classe B, sob matrícula nº. 14, junto à Prefeitura Municipal de Jaguaraiá.

Parágrafo Único. Os proventos, conforme artigo 6º, da Emenda Constitucional nº. 41/2003, serão integrais, a razão de **R\$ 4.148,94** (quatro mil, cento e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos) **por mês, totalizando R\$ 49.787,28** (quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos) **anuais**, assegurando-se a revisão para preservar seu valor real, na mesma proporção e na mesma data, que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguaraiá - IPASPMJ.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

VALDEMIR FERREIRA
Presidente do IPASPMJ

DECRETO n.º. 820/2025

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora Luciana Colodel de Miranda.

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no art. 67, X e XI, da Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta no Processo Judicial nº. 0000350-55.2023.8.16.0100, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaguaraiá-PR e Protocolo Geral sob nº. 07462/2025.

DECRETA

Artigo 1º. Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fundamento no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal, a servidora **LUCIANA COLODEL DE MIRANDA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.350-2-II/PR, e inscrita no CPF/MF nº. XXX.XXX.909-04, no cargo de Professor Classe B, sob matrícula nº. 2.917, junto à Prefeitura Municipal de Jaguaraiá.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ

Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR

Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação

Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta

(43) 9538 9306

E-mail: comunicacao@jaguaraiia.pr.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Parágrafo Único. Os proventos, conforme artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, serão integrais, a razão de **R\$ 3.935,15** (três mil, novecentos e trinta e cinco reais e quinze centavos) **por mês, totalizando R\$ 47.221,80** (quarenta e sete mil, duzentos e vinte e um reais e oitenta centavos) **anuais**, assegurando-se a revisão para preservar seu valor real, na mesma proporção e na mesma data, que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariáiva - IPASPMJ.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PERES GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

VALDEMIER FERREIRA
Presidente do IPASPMJ



SENJUR

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº.76.910.900/0001, com sede a Praça Isabel Branco, nº 142, Bairro Cidade Alta, Jaguariáiva-PR., CEP 84200-000.

CONSIDERANDO a relação de protocolos abaixo relacionados, no qual os agentes de fiscalização constatarem que o terreno necessita de limpeza;

CONSIDERANDO que a notificado é proprietário do imóvel no Município de Jaguariáiva, conforme endereço, cadastros, relacionados abaixo;

CONSIDERANDO as reiteradas tentativas de contato com o proprietário sem êxito;

CONSIDERANDO o art. 14, §1º da Lei Municipal nº 2764/2018, Código de Posturas do Município, que dispõe: “Art. 14. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de limpeza os seus quintais, pátios, terrenos, edificações, piscinas, telhados, calhas, marquises e coberturas. § 1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos demato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município. Além de que a limpeza evita a proliferação de doenças causadas pelo mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue e outras doenças;

CONSIDERANDO o art. 104 da Lei 2764/2018, “É proibido qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente(solo, água e ar), causada por substância sólida, líquida, gasosa, ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente: I. deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive detritos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular”;

CONSIDERANDO a Lei nº2764/2018, “Art. 102. É proibido o acúmulo de lixo em áreas públicas ou privadas, como medida preventiva ao desenvolvimento de vetores que possam causar danos à saúde pública, sob pena de multa;

CONSIDERANDO a Lei nº2628/2016-TAXAS DE COLETA DE LIXO E DE LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, de acordo com seu art.5º, haverá penalidades e acréscimos no pagamento da taxa de coleta de lixo, caso ocorra prestação de serviços especiais. De acordo com o art. 6º, I - “O pagamento: a) de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, tais como remoção de containers, entulhos de obras, aparas de jardim, de bens imóveis imprestáveis, de lixo extraordinário resultante de atividade especiais, de animais abandonados ou mortos, de veículos abandonados, de capina de terrenos, de limpeza de prédios e terrenos e de deposição lixo em aterros”;

O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA Notifica para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir do recebimento desta, o **NOTIFICADO** apresente defesa, devendo fazê-la em requerimento mediante protocolo e efetue a reparação das irregularidades encontradas pelos agentes de fiscalização, sob pena de a Prefeitura fazê-la, cobrando a taxa de limpeza nos respectivos carnês quando do lançamento do IPTU, art. 17 c/c art. 185,II, art.186,art. 187 e art. 188 da Lei Municipal nº 2764/2018.

A lista com o nome dos proprietários de lotes urbanos não edificados ou sem regularização da edificação junto ao cadastro imobiliário municipal, encontra-se afixada no mural de editais do Paço Municipal ou no site da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva.

Protocolo	NOME	CPF	ENDEREÇO	Cadastro nº
7053/2025	Edilson de Souza	XXX.XXX.139-04	Rua José Carrer, bairro Jardim Alto Ribas.	8916
7053/2025	Carlos Alexandre Kropiwiec	XXX.XXX.492-65	R.Miguel Cail Fadel, bairro Jardim Lefine.	3687
7244/2025	OJ S.A. Recuperação Judicial	765.357.64/0001-43	R.Venezia, Bairro Jardim Belvedere.	8644
7244/2025	Paula Cristina Ramos Raitani Siveiro & Cia Ltda	050.653.91/0001-46	R.Venezia, Bairro Jardim Belvedere	12878

Jaguariáiva/Pr. 20 de maio de 2025,

NILSON FRANÇA DOS SANTOS

DIRETOR SENJUR

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA.

pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº.76.910.900/0001, com sede a Praça Isabel Branco, nº 142, Bairro Cidade Alta, Jaguariáiva-PR., CEP 84200-000.

NOTIFICADO: (ESPOLIO) IVANI PINHEIRO ZANÃO.

CPF 837.403.689-34 residente e domiciliada na Cidade de Jaguariáiva-Pr, CEP 84200-000.

CONSIDERANDO o protocolo n. 161/2025, no qual os agentes de fiscalização constatarem que o terreno necessita de limpeza;

CONSIDERANDO que a notificada é proprietária de 1 (um) lote, rua MARECHAL DEODORO DA FONSECA, bairro Jardim São Roque, cadastro nº1595 e matrícula nº20.05.003.0009.00066.001;

CONSIDERANDO as reiteradas tentativas de contato com o proprietário sem êxito;

CONSIDERANDO o art. 14, §1º da Lei Municipal nº 2764/2018, Código de Posturas do Município, que dispõe: “Art. 14. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de limpeza os seus quintais, pátios, terrenos, edificações, piscinas, telhados, calhas, marquises e coberturas. § 1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos demato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município. Além de que a limpeza evita a proliferação de doenças causadas pelo mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue e outras doenças;

CONSIDERANDO o art. 104 da Lei 2764/2018, “É proibido qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente(solo, água e ar), causada por substância sólida, líquida, gasosa, ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente: I. deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive detritos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular”;

CONSIDERANDO a Lei nº2764/2018, “Art. 102. É proibido o acúmulo de lixo em áreas públicas ou privadas, como medida preventiva ao desenvolvimento de vetores que possam causar danos à saúde pública, sob pena de multa;

CONSIDERANDO a Lei nº2628/2016-TAXAS DE COLETA DE LIXO E DE LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, de acordo com seu art.5º, haverá penalidades e acréscimos no pagamento da taxa de coleta de lixo, caso ocorra prestação de serviços especiais. De acordo com o art. 6º, I - “O pagamento: a) de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, tais como remoção de containers, entulhos de obras, aparas de jardim, de bens imóveis imprestáveis, de lixo extraordinário resultante de atividade especiais, de animais abandonados ou mortos, de veículos abandonados, de capina de terrenos, de limpeza de prédios e terrenos e de deposição lixo em aterros”;

O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA Notifica para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir do recebimento desta, o **NOTIFICADO** apresente defesa, devendo fazê-la em requerimento mediante protocolo e efetue a reparação das irregularidades encontradas pelos agentes de fiscalização, sob pena de a Prefeitura fazê-la, cobrando a taxa de limpeza nos respectivos carnês quando do lançamento do IPTU, art. 17 c/c art. 185,II, art.186,art. 187 e art. 188 da Lei Municipal nº 2764/2018.

Jaguariáiva/Pr. 28 de maio de 2025.

NILSON FRANÇA DOS SANTOS

DIRETOR SENJUR

Recebi em: / / -

Nome Completo:

Assinatura: -

RG n. -

JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo nº 4.688/2023
nº11.373/2023

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

O processo administrativo disciplinar, instaurado pelo decreto nº 614/2023 e decreto 462/2023, em desfavor de LUIZ ANDREY MACIEL SOARES, brasileiro, servidor público municipal, inscrito na matrícula nº 5.953, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor Classe C, para apuração das supostas práticas desabonadoras em face do investigado no desempenho do seu trabalho.

Os processos trazem a pauta os relatos dos fatos acontecidos na Escola Municipal Carlos Sampaio envolvendo o professor Luiz Andrey Maciel Soares, regente do 5º ano, sendo apontamentos em destaque ao Relatório Final processante.

Em relação ao protocolo 4688/2023, presente às fls. 04, há relato da Escola Municipal Carlos Carneiro Sampaio, em ata ocorrida na data de 31/03/2023, informando que:

- I. nos últimos dias o professor vem apresentando comportamento diferente do habitual, com alterações com facilidade quando cobrado alguns afazeres da prática do professor;
- II. O professor não aceita que lhe sejam feitas cobranças;
- III. Em situações de dias de visita da assessora a coordenadora solicitou as apostilas da turma para verificação do desempenho dos alunos, foi quando o investigado colocou visto, para não falar que estavam sem correções;
- IV. Os registros no LRCOM do investigado, conforme solicitados ao preenchimento diários estavam em atrasos;

- V. O investigado não permitiu a saída de alunos da sala para o teste Snelrem, com intuito de que o investigado estava explicando conteúdo e que havia pedido para aguardar;
 - VI. Na presença da mãe de aluno, o investigado se exaltou falando sobre comportamento do filho, alterando, inclusive o tom de voz;
 - VII. A Diretora da Educação com a assessoras conversaram com o professor investigado e puderam observar o nível de estresse do professor;
 - VIII. Houve também ocasião em que o professor bateu a porta para colaboradora da mensa quando precisou ir até a sala para fazer contagem dos alunos;
 - IX. O investigado, na ocasião em que foi solicitado aos alunos que fizessem desenhos do Projeto Educação Fiscal, o professor fez comentários de que a turma do 5º ano para que fossem considerados alunos espertos deviam ter feito um bom 4º ano; com exaltação do professor disse que estariam esperando que ele faça milagre com a turma, dizendo que a turma não aprende por culpa dele;
 - X. Houve exaltação do professor dizendo que está tendo trabalho excessivo, cobranças, que não tem domínio, que não recebe horas extras;
- Em relação ao protocolo 11.373/2023, presente às fls. 19; 25, com apontamentos dos acontecimentos em atas na Escola Municipal Carlos Carneiro Sampaio, informando que:
- XI. O investigado sai da sala de aula em horários de aula deixando os alunos sozinhos por vários minutos;
 - XII. Comentários do professor de estar trabalhando esse ano com a turma de burros;
 - XIII. O professor em situações de perguntas aos alunos perguntou o que gostariam de ser no futuro, um dos alunos disse que gostaria de ser astronauta, respondeu aos alunos com palavras de destruição do seu sonho;
 - XIV. Nas aulas de informática os alunos ficavam livres para acessar o que quisessem.
 - XV. Situações em que os alunos em brincadeira na sala de aula, o professor disse-lhes que poderiam brincar em sala, porque ele só estava ali dando tarefas por causa do dinheiro;
 - XVI. Registros ocorridos de que o professor pulou o muro da entrada da escola em horários de fechamentos da escola;

Foi designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 315/2023 e 17/2025, para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva das testemunhas e o interrogatório do investigado; encerrado a fase introdutória, a Comissão Disciplinar, concluiu por indicar o investigado pelas circunstâncias dos indícios de irregularidades decorridas da função do investigado acostados nos autos. Por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela improcedência das denúncias atribuídas como descumprimento a ordem disciplinar, a instruir pela absolvição do servidor, não havendo nesse sentido a responsabilidade administrativa a enquadrar o servidor na Lei Municipal 2155/2010,

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

A Procuradoria Geral se pronuncia por concluir a análise pela conjuntura de sua instrução probatória e documentos juntados nos autos, concordando com o relatório apresentado (fls.159/186) do processo 4.688/2023 e relatório apresentado (fls.159/186) do protocolo 11.373/2023 pela Comissão Processante, que finalizou os trabalhos conclusivos mediante a inexistência de falta disciplinar cometido pelo investigado.

Assim, é possível aplicar penalidade disciplinar quando da existência da falta do servidor que tenha descumprido com o dever funcional em decorrência da lei, regulamento, decreto, regimento, portaria, instrução, resolução, ordem de serviço, bem como decisões e interpretações vinculantes e princípios neles inscritos e quando a inexistência aplicar a sua absolvição.

Na instrução probatória foi realizada a oitiva das testemunhas, bem assim o interrogatório do investigado. Seguem os depoimentos gravados em mídias assim em destaque: [...]

Diante do exposto acima, é necessário tecermos considerações com escopo no deslinde da causa.

Nas argumentações buscou-se pelas provas documentais, complementares e pelas declarações das oitivas testemunhais que constata a ocorrência das denúncias apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, que apontou a irregularidade do investigado em decorrência de suas atitudes em ambiente do trabalho como professor.

Os registros trouxeram a baila as questões em que envolveram o investigado em comportamentos desaprovados pela direção da escola decorridos a comportamentos que acionaram ação negativas do professor apresentando comportamentos apáticos usando de sua insensibilidade com alunos e intuito de escapar a vontade de ser e de sonhar dos alunos, entretanto trazendo desabono no convívio entre professor e alunos; bem como convívio negativo de equipe, ainda, a invasão do professor pulando o muro da escola em horários impróprios.

A consistência dessas ocorrências ficaram justificadas ao interrogatório do investigado que por toda apontamento apresentou as justificativas que foram acatadas para entendimento da Comissão, porém as ocorrências não deixaram de serem avistadas aos olhos da Comissão Processante, até por se tratarem de regência e alunos em sala de aula, cada questão foi atendido com a minuciosa investigação, aos quais não se obtive condicionamento de má conduta do servidor investigado, visto que cada situação criada foi decorrida de acúmulos de atividades em que o professor era envolvido, tanto que declara em seu interrogatório cada afazeres que tinha que cumprir na classe de aula e fora dela. As cobranças excessivas apresentadas pelas suas funções na docência passou a envolvê-lo em situações de acúmulo de atividades que levou a desgastes emocionais com a saúde agravada por estresse. Tanto que pela sua dinâmica e comportamento para vencer suas atividades, passou a complementar seus afazeres com horas de seu descanso a dar conta das atividades e obrigações da regência dos alunos. Mostra-se também, que a falta de estrutura o levou a dificuldade para desenrolar suas funções inteiramente na escola até por motivo de equipamentos, internet, etc; tendo que usar seu tempo de descanso em horários fora do expediente a dar conta das atribuições, por razões formou-se um grande desgaste no seu cotidiano.

Os depoimentos condicionados em razão das atribuições do investigado apresentaram o convencimento a Comissão que existiram dessabores tanto em sala de aula, como com a própria direção em relação ao investigado, conforme mencionado em depoimentos o seu estresse, sendo ele aconselhado a procurar pelo cuidado de sua saúde; decorrido ao seu estado procurou por ajuda e foi avaliado para atender o seu real estado de saúde, sendo confirmado pelo RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA – LAUDO NEUROLÓGICO, firmado pela profissional Dra. Janaine Del Anhol Trevisan Neuropsicóloga Clínica e Psicóloga Cognitivo Comportamental, CRP/08.10271. “Quanto ao comportamento observado, a análise dos resultados dos testes psicológicos e observação clínica, corroboraram significativamente com hipótese diagnóstica do TEA - Transtorno do Espectro Autista em nível de suporte 1, sem prejuízo na linguagem e sem prejuízo intelectual (CID 10-F84).

O que se levou em consideração também, os depoimentos que apresentaram o investigado como um profissional de excelência, onde justificou todas as ocorrências sem a devida intenção em prejudicar a escola ou aos alunos; sendo que hipótese alguma condicionou qualificação concernente a vontade do servidor em lesar qualquer ato com a vontade de prejudicar a escola e alunos;

Portanto os motivos inferidos pelas provas indiretas trazem a conclusão lógica e razoável sobre todos os acontecimentos e o investigado sendo interpretado pela Comissão de uma série de elementos que analisando em conjunto, nota-se portanto, do conjunto probatório, a inexistência da má fé do professor em querer fazer algo para prejudicial à administração, vemos que dos depoimentos não existiu elemento de má fé do investigado, ao contrário, sempre buscou solucionar a situação em que estava vivendo, algo que trouxesse a solução na docência na classe dos alunos;

Os registros contra o investigado, não atingiram a infringência a norma, não consumando má fé, porém inexistido de provas, sem a certeza do condão de levar o investigado a condenação, sem provas contundentes e irrefutáveis, reita a possibilidade de qualquer punição ao servidor público, visto a necessidade para a apuração, a liquidez e certeza, não se admite para a condenação ou a imposição de penalidades no caso de se “ouvir dizer” ou “falar falso” que determine servidor público transgredir as normas disciplinares. Sem prova concreta e robusta, que não dê margem de dúvidas, não há como se punir o acusado em processo disciplinar.

Em cumprimento ao Relatório Final, a comissão entendeu não ter havido enquadramentos na Lei Municipal 2155/2010 da minuciosa aferição dos documentos e elementos informativos colhidos nos autos, reconhecido pela improcedência das imputações que se impõe, pois, o conjunto probatório evidenciou o relatório final conclusivo de que o investigado não infringiu normas impostas pela Lei Municipal 2155/2010,

Neste sentido, é poder-dever de o administrador público reprimir das ações inadequadas contra os servidores que não merecem denúncias e de seus atos aplicar-lhe as penalidades em lei, quando da existência de comprovação dos atos para a sua condenação e, quando da inexistência de provas a sua absolvição no processo administrativo disciplinar, à todas as luzes, em singularidade com a Lei Municipal 2155/2010.

Portanto, acolhemos os argumentos ultimados pela Comissão Processante, valendo-se da íntegra dos seus fundamentos e parâmetros para o julgamento final, acatando o relatório final da comissão processante que bem analisou as circunstâncias das denúncias e registros em atos, bem como acolhendo os argumentos e justificativas de defesa do investigado com as obrigações e responsabilidades,

3. JULGAMENTO.

Por fim, corroborado ao Relatório Final, que do conjunto probatório cominou pela inexistência de infração disciplinar atribuída ao servidor investigado que julgo mediante os dispositivos da Lei Municipal nº 2155/2010,

Assenta-se, que o investigado não é reincidente,

Diante das circunstâncias comprovadas:

- ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com fundamento no art.173 da Lei nº2155/10;
 - APROVO o Parecer Jurídico, parte integrante desta decisão, que opina pela aplicação absolvição do investigado com fulcro no Art. 172, inciso 4º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
 - JULGO, pela aplicação da **ABSOLVIÇÃO** do servidor **LUIZ ANDREY MACIEL SOARES**, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor Classe C, sob a matrícula nº 5.953, com previsão na Lei Municipal 2155/2010, em decorrência dos processos 11.373/2023 e processo 4.688/2023.
 - DETERMINO a vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.
- Cumpra-se,
Jaguariáiva, 23 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO



SEFIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁIVA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADO
INEXIGIBILIDADE Nº 22/2025

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva/PR torna público o resultado do **CREDECENCIAMENTO** referente à Inexigibilidade de Licitação nº 22/2025, cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, bem como no fornecimento de peças, destinados ao Departamento de Garagem e Logística, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística – SEMIL. **Foram credenciados, em sessão realizada no dia 16 de maio de 2025, os seguintes interessados:**

ACTEC - Comércio de Peças, Acessórios e Manutenção de Veículos LTDA	40.967.076/00001-05	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO - Veículos Leves, Pesados, Máquinas e Tratores
TRACKPEÇAS- Comércio de Peças para Tratores Ltda	00.249.965/0001-12	FORNECIMENTO DE PEÇAS - Veículos Pesados, Máquinas e Tratores
ACA-Indústria e Comércio de Peças para Ar Condicionado Ltda	09.371.092/0001-90	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO e FORNECIMENTO DE PEÇAS - Veículos Leves
LEONEL EGUERT	81.891.467/0001-70	SERVIÇOS ELÉTRICOS - Veículos Leves, Pesados, Máquinas e Tratores
H C DA SILVA	36.063.180/0001-06	MECÂNICA EM CERAL, SERVIÇOS ELÉTRICOS, SERVIÇOS DE SOLDA, TORNO E FRESA, BORRACHARIA, MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO e FORNECIMENTO DE PEÇAS – Linha Leve e Pesada

O credenciamento permanece aberto para o ingresso de novos interessados. Para mais informações, os interessados deverão entrar em contato por meio do e-mail: comprasjag@gmail.com ou diretamente junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva – PR.

Jaguariáiva, 28 de maio de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 49/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DA QUADRA DE FUTEBOL SOCIETY E PISTA DE SKATE LOCALIZADA NO PARQUE BEIRA RIO EM JAGUARIÁIVA, PR.

DATA DE ASSINATURA: 07/05/2025 | VIGÊNCIA: 6 MESES

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 072/2025
CONTRATADA: CASENG ENGENHARIA CIVIL LTDA
CNPJ: 17.193.672/0001-63 | VALOR CONTRATUAL:
R\$ 115.666,66

JAGUARIÁIVA, 28 DE MAIO DE 2025

EXTRATO CONTRATUAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI PORTAL DO SERTÃO.

DATA DE ASSINATURA: 07/05/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 073/2025
CONTRATADA: NANNI RINALDI E CIA LTDA
CNPJ: 03.706.354/0001-44 | VALOR CONTRATUAL:
R\$ 4.623.000,00

JAGUARIÁIVA, 28 DE MAIO DE 2025

EXTRATO CONTRATUAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES E DE OBRAS E URBANISMO.

DATA DE ASSINATURA: 06/05/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2025
CONTRATADA: APARECIDO PEREIRA DE ALMEIDA.
CNPJ: 23.640.169/0001-01 | VALOR CONTRATUAL:
R\$ 503.665,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2025
CONTRATADA: WDA DISTRIBUIDORA LTDA.
CPF: 46.527.609/0001-14 | VALOR CONTRATUAL:
R\$ 39.000,00

JAGUARIÁIVA, 28 DE MAIO DE 2025.

EXTRATO CONTRATUAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIO 5M², PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO.

DATA DE ASSINATURA: 12/05/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2025
CONTRATADA: WILLIAM DUDA LTDA.
CNPJ: 23.822.479/0001-47 | VALOR CONTRATUAL:
R\$ 197.499,84

JAGUARIÁIVA, 28 DE MAIO DE 2025.



SEMUS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIÁIVA – PR
COMSAÚDE/JAGVA

RESOLUÇÃO Nº 09/2025

APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2026 - 2029

O Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE) do Município de Jaguariáiva-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 1.747, de 23/11/2007, e

CONSIDERANDO

A apresentação do Plano Municipal de Saúde 2026-2029, contemplando as diretrizes e metas das ações a serem desenvolvidas, realizada na reunião ordinária de 22/05/2025,

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o Plano Municipal de Saúde 2026-2029 do Município de Jaguariáiva-PR.

Artigo 2º - A presente aprovação foi realizada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária conforme Ata nº237 de 22/05/2025.

Artigo 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguariáiva, 22 de maio de 2025.

CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariáiva



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIÁIVA – PR
COMSAÚDE/JAGVA

RESOLUÇÃO Nº 10/2025

APROVAÇÃO DO PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2026

O Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE) do Município de Jaguariáiva- PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 1.747, de 23/11/2007, e

CONSIDERANDO

A apresentação da Programação Anual de Saúde – PAS 2026, contemplando as diretrizes e metas das ações a serem desenvolvidas no ano de 2026, realizada na reunião ordinária de 22/05/2025,

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar a Programação Anual de Saúde – PAS 2026 do Município de Jaguariáiva-PR.

Artigo 2º - A presente aprovação foi realizada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária conforme Ata nº237 de 22/05/2025.

Artigo 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguariáiva, 22 de maio de 2025.

goub

CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariáiva



SAMAE

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2024

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIÁIVA

CONTRATADA: ARNALDO JOSE DE ALMEIDA
CPF: 60.073.344/0001-60

OBJETO: É objeto do presente termo o credenciamento para fornecimento de mão de obra especializada em construção civil, reformas e pequenos reparos, para atender as demandas e suprir as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), conforme especificações contidas na função por sua credenciada e no termo de referência estabelecidas, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 014/2024 (EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2024).

VALOR GLOBAL: R\$ 142.535,00
DATA DE INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 09 de maio de 2025.
DOTAÇÃO: 3.3.90.39.99.00 – Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica
3.3.90.39.16.00 – Manutenção Conservação de Bens Imóveis

Jaguariáiva, 19 de maio de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 009/2025

1) Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

2) Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de tubulações, peças e conexões e material de ferro fundido para ampliação de rede de distribuição de água e rede de esgoto. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento sob as normas da lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores. Descritos no edital e Anexo I.

3) Abertura da Licitação: 10/06/2025 às 09:00 horas

4) Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 28/05/2025 às 08:30 horas do dia 10/06/2025.

5) Início da Sessão de Disputa de Preços: 09:00 horas do dia 10/06/2025.

6) Local: Sede do SAMAE, Rua Porto Velho, 140.

O Edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.samaejv.com.br ou www.bllcompras.org.br

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguariáiva PR, telefone (43) 3535-9219/3535-9211.

Jaguariáiva, 28 de maio de 2025.

Nei Aparecido Camilo
Pregoeiro do SAMAE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2025

1) TIPO: MENOR PREÇO

2) OBJETO: Contratação de empresa para futura e eventual execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos químicos (líquidos) gerados em laboratório de tratamento de água das unidades Estações de Tratamento de Água: ETA – Capivari/Matarazzo e ETA –Três Bocas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jaguariáiva. Descritos no Termo de Referência.

3) PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: das 09:00h do dia 26/05/2025 às 23:59h do dia 29/05/2025 – horário de Brasília.

4) ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: A proposta de preços, deverá ser encaminhada via e-mail, para o endereço eletrônico: compraslicitacoes@samaejv.com.br, fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2025 ou pode ser protocolada diretamente no Protocolo Geral do SAMAE, localizado na Rua Porto Velho, nº 140, Jardim São Roque, Jaguariáiva-PR, em envelope fechado, fazendo referência à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2025.

5) LOCAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: www.samaejv.com.br/licitacoes-2025/

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguariáiva PR, telefone (43) 3535-9219/3535-9211.

Jaguariáiva, 23 de maio de 2025.

Nei Aparecido Camilo
Agente de Contratação

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO